

Comissão aprova proposta de Darcy para a educação

Texto, que incorpora 30 das 57 emendas apresentadas, vai ao plenário do Senado e representa, segundo o autor, uma mudança profunda no panorama do ensino nacional

Sarney recebe propostas orçamentárias

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem à noite, dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, a proposta orçamentária do governo para 1996, assim como o Orçamento Plurianual, relativo ao período de 1996 a 1999. Apesar de já entregue ao Congresso, o Orçamento Plurianual será oficialmente anunciado pelo presidente da República na próxima terça-feira e prevê investimentos da ordem de R\$150 bilhões.

No Orçamento de 1996, a despesa global fixada pelo governo atinge o montante de R\$312 bilhões 777 milhões, dos quais R\$136 bilhões e 25 milhões se vinculam a compromissos com amortização, juros e encargos da dívida contratual imobiliária federal.

Ao receber os projetos, Sarney anunciou que os líderes partidários já indicaram os integrantes da Comissão Mista de Orçamento e que o seu presidente será o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Na próxima sessão do Congresso, as propostas orçamentárias serão lidas, e em seguida impressas em avulsos. Depois os projetos vão para a Comissão Mista de Orçamento, onde deverão ser votados até o dia 15 de dezembro.

O substitutivo apresentado pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi aprovado ontem pela Comissão de Educação do Senado, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). O senador fluminense incorporou ao texto do substitutivo, total ou parcialmente, 30 das 57 emendas oferecidas em plenário ao projeto oriundo da Câmara dos Deputados. A matéria vai agora à deliberação do plenário do Senado.

Entre outras inovações, o



Comissão de Educação vota o substitutivo de Darcy

substitutivo propõe grande número de medidas que, segundo Darcy Ribeiro, "transfigurariam o panorama educacional brasileiro, como a universidade especializada, o alargamento da autonomia universitária e medidas substanciais

para ampliar os recursos e tornar mais transparentes os critérios de sua aplicação, combatendo o clientelismo e a corrupção."

O substitutivo teve a oposição da senadora Emília Fernandes (PTB-RS), que propôs, em voto separado, a formação de uma subcomissão para

reabrir as negociações em torno da questão, antes do exame do projeto pelo plenário. A proposta, derrotada, recebeu o apoio dos senadores Esperidião Amin (PPR-SC), Marina Silva (PT-AC) e Lauro Campos (PT-DF).

Jader pede a FHC que não venda a Vale

Apenas alguns meses de juros da dívida pública seriam suficientes para consumir todo o dinheiro obtido com a venda das ações que a União tem na Companhia Vale do Rio Doce, cerca de 51% de participação, com valor estimado em US 8 bilhões.

A advertência foi feita ontem pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), ao reportar-se à carta que enviou ao presidente da República pedindo a sustação imediata do processo de

privatização da Vale.

Jader Barbalho destacou que há inúmeros aspectos a serem observados, dentre eles o fato de a companhia ser exploradora de jazidas mineiras, "o que envolve disposições constitucionais".

Outro aspecto, segundo o senador, é o de que a Vale não incorre em nenhum dos pressupostos do programa de desestatização, entre eles o de ineficiência, e prepara-se para ser a quinta empresa do mundo na sua atividade.

NESTA EDIÇÃO

Para Coutinho, MP deve ter gatilho salarial

Página 3

Calheiros quer ampliar debate da reforma

Página 4

ACM: Covas pode infringir Código Penal

O governador de São Paulo, Mário Covas, pode estar infringindo o Código Penal se oferecer ao Banco Central os aeroportos de Cumbica e Congonhas para abater dívidas do Banespa com o BC, advertiu em plenário o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Isso porque, conforme destacou, a Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), do governo federal, informou à imprensa que os aeroportos são de sua propriedade.

Antonio Carlos Magalhães pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que obtivesse esclarecimentos junto ao governo federal sobre a quem pertencem os aeroportos. Sarney ponderou que isso só poderia ser feito se ACM apresentasse à mesa requerimento solicitando informações do ministro da Aeronáutica.

ANIVERSÁRIO

Antonio Carlos foi homenageado ontem durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo transcurso de seu aniversário, que ocorrerá no próximo dia 4. Antes do início dos trabalhos formais da comissão, o senador Bernardo Cabral (PP-AM) pediu a ACM licença para presidir a sessão por alguns instantes, a fim de tratar de assunto que envolvia o presidente e apresentou a proposta de realização de um jantar de adesões em homenagem ao senador pela Bahia. O encontro ficou marcado para o próximo dia 12.

Amin cobra mais responsabilidade e menos violência na televisão

Emissoras precisam pelo menos cumprir as programações dentro das faixas horárias e etárias adequadas, para preservar famílias

Aprovada convenção para punir violência contra mulher

Às vésperas do início da IV Conferência Internacional sobre a Mulher, na China, o Senado aprovou ontem o texto da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, assinada em Belém do Pará, em junho do ano passado, durante assembleia geral da Organização dos Estados Americanos.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), relatora do projeto

sobre a Convenção, informou que nos EUA 37% das mulheres casadas já sofreram algum tipo de abuso doméstico. Destacando que no Brasil a situação não deve ser diferente, Benedita lamentou a inexistência de estatísticas.

O capítulo que trata dos deveres do Estado para proteger a mulher agredida foi apontado como um dos mais importantes da Convenção.

O papel desempenhado pelos meios de comunicação foi analisado pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC), que defendeu a conscientização da sociedade para as funções educativas e formadoras da cidadania que deve ter, em especial, a televisão.

Segundo o senador, é preciso que as emissoras de tevê cumpram, ao menos, as programações dentro das faixas horárias e etárias adequadas, de modo a preservar o direito das famílias a um parâmetro sério para a educação de seus filhos.

Esperidião Amin mostrou sua preocupação com a violência e a pornografia que, no seu entender, são veiculadas em qualquer tipo de programa, desde os telejornais até os humorísticos.

"Nas telenovelas, por exemplo, não se observa nada relacionado ao trabalho, ao estudo, à responsabilidade pessoal e comunitária, ao esforço para o crescimento alicerçado em ideais nobres e visão da vida; apenas boçalidades, triangulações amorosas, espertezas e comiserações infantis", disse o senador, para quem a tais programas falta conteúdo de valor. "Tudo é fácil, vulnerável, fútil e fútil", afirmou, esclarecendo, entretanto, que não defende nem deseja a volta à censura.

CRE aprova acordos externos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem

quatro projetos de decretos legislativos ratificando atos internacionais do governo brasileiro, entre eles o texto do Convênio Internacional do Café de 1994, adotado em março do mesmo



Antônio Carlos preside a reunião da CRE

ano, na sede das Nações Unidas. A matéria foi relatada pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). Os projetos aprovados ontem pela comissão serão submetidos agora à deliberação do plenário.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

9h - Comissão Especial "destinada a estudar a Reforma Político-Partidária"

Pauta: Exposição do vice-presidente da República, Marco Maciel. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Comissão Temporária de Obras Inacabadas

9h - Embarque, em Porto Alegre, dos integrantes da comissão para o Município de Lages - SC.

9h35 - Visita às obras da BR-262.

12h - Almoço com as autoridades estaduais.

14h40 - Chegada a Curitiba.

17h - Retorno para Brasília.

Previsão dos trabalhos das comissões para a semana 3ª-feira (05.09.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Reunião com os secretários de planejamento dos estados e do DF a respeito das perspectivas de investimento nos estados, face a atual situação econômica do País. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.094/95 - Conselho Federal de Educação.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e indicação do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Coutinho insiste no gatilho salarial

Relator da Medida Provisória da Desindexação, reeditada pelo governo, anuncia que pretende manter seu parecer favorável a uma série de alterações na MP

Comissão vistoria usina inacabada

A Comissão de Obras Inacabadas do Senado vistoriou ontem à tarde, a 50 quilômetros de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a usina de Jacuf, que já consumiu US\$ 240 milhões de dólares desde que foi iniciada, há quase dez anos. O presidente da comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), e o relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), foram acompanhados na vistoria pelo governador Antonio Brito e membros da secretaria de obras daquele estado.



Maldaner

Carlos Wilson informou que o governo do Rio Grande do Sul já está agilizando a conclusão da usina. Hoje pela manhã, a comissão recebe um relatório completo de todas as obras inacabadas no estado.

Essa foi a primeira vistoria feita pela comissão, que segue um roteiro de viagens com o objetivo de constatar o abandono de obras públicas no território brasileiro. Hoje, a Comissão deverá vistoriar as obras paralisadas da BR-282, em Lages (SC).

Maciel fala sobre reforma política

O vice-presidente da República, Marco Maciel, fala hoje (1º), a partir das 9h, na comissão especial destinada a estudar a reforma político-partidária. A exposição será na sala 7 da Ala Alexandre Costa. Confirmaram presença os líderes do PMDB, do PFL, do PP e do PT.

A volta do gatilho salarial, para funcionar como um instrumento compensador de eventuais aumentos da inflação, durante a fase de transição para o sistema de livre negociação, continuará a ser defendida no Congresso. O senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), relator da Medida Provisória da Desindexação, reeditada quarta-feira pelo governo, anunciou que pretende manter seu parecer favorável a uma série de alterações na medida, entre as quais figura também a correção plena do salário mínimo.

Coutinho Jorge lamentou que o presidente da República não tenha aproveitado a reedição para acatar estas e outras modificações, incorporadas ao seu re-



Coutinho Jorge

latório depois de uma rodada de intensas negociações com representantes dos trabalhadores, empresário e governo, que se estendeu por todo o período de recesso parlamentar.

O relatório defende ainda: o reajuste anual, com correção plena, do salário-mínimo e dos benefícios previdenciários, bem como a elevação dos valores reais, baseada no INPC; o fortalecimento dos sindicatos nas negociações coletivas; prazo de 60 dias para o exame do mérito dos recursos ao Tribunal Superior do Trabalho sobre cláusulas de acordos entre patrões e empregados; proteção do salário por gatilho, até completada a transição para a livre negociação, inclusive para o funcionalismo público.

Simon destaca grandeza de ato do presidente

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) felicitou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso pela decisão de reconhecer a culpa do Estado brasileiro na morte de militantes políticos durante o período da ditadura militar. A seu ver, o ato foi de grande im-



Pedro Simon

portância e encerra esse capítulo da história nacional com grandeza e dignidade. O senador também elogiou a compreensão demonstrada pelo conjunto das autoridades militares e afirmou que não cabe indagar o alcance da decisão ou mudar a Lei da Anistia. "Senti orgulho do presidente", afirmou.

Coreano exalta papel de Sarney

Recebido ontem à tarde pelo presidente do Senado, José Sarney, o chanceler Gong Ro-Myung, da Coreia do Sul, elogiou o papel que o presidente do Congresso desempenha em favor da estabilidade das instituições brasileiras.

Ele disse que a posição de estadista do senador José Sarney, apoiando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e as reformas em execução no Brasil, é fundamental para o clima de estabilidade em que vive o País.

Tebet apoia ação pelo Pantanal

A iniciativa do governo de Mato Grosso do Sul de elaborar o "Projeto Pantanal", que tem como meta um conjunto de ações visando ao desenvolvimento auto-sustentável dos 26 municípios que compõem a Bacia do Alto Paraguai, foi clogiada ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Na sua opinião, com esse programa o estado dá um grande exemplo de preservação do ecossistema brasileiro, dotando a região de infra-estrutura básica para exploração de turismo, ao mesmo tempo em que minimiza o efeito das depredações causadas pela ocupação desordenada daquela área. O custo do programa, avaliado em US\$ 251 milhões, está sendo dividido entre o governo do estado (US\$ 100 milhões) e organismos estrangeiros (US\$ 151 milhões).

Em aparte, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) também elogiou a iniciativa do governador Wilson Martins.

Congresso aprova créditos

Reunido na noite de quarta-feira, o Congresso Nacional aprovou dois projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares no total de R\$ 3,76 bilhões. Os créditos se destinam à Câmara dos Deputados, no valor de R\$ 3,58 bilhões, para despesas com material de consumo, locação de mão-de-obra e reparos e conservação de residências funcionais, e ao Ministério da Educação e Desportos, no valor de R\$ 184 mil, para a Universidade Federal de Mato Grosso.

PFL quer acelerar a privatização



Napoleão

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), leu em plenário nota oficial divulgada ontem, depois de reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal.

No documento, o partido destaca que lutará para impedir "que se reduza a amplitude dos processos de privatização, parcerias e concessões já iniciados e que, dentro da lei e dos princípios éticos, devem ser acelerados".

Jucá propõe ampliar o Mercosul

O senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou ontem que os entendimentos do governo pernambucano com a Companhia Venezuelana de Petróleo para a instalação de uma refinaria no estado demonstram que o Mercosul precisa ser ampliado para integrar o Norte e o Nordeste do Brasil.

Membro da Comissão Mista do Mercosul, o senador disse que a entrada dos países do Pacto Andino é importante para a região Norte.

Na sua opinião, as negociações do governo de Pernambuco evidenciam que a ampliação do mercado regional a outros países latino-americanos é fundamental também para o Nordeste brasileiro.

Senado, fórum da reforma tributária

Idéia é defendida por Renan Calheiros ao lembrar o papel da "Casa da Federação"

O Senado Federal deve assumir o papel de fórum de discussão dos rumos da reforma tributária, cumprindo assim sua atribuição constitucional de assegurar a representação federativa. A

posição foi defendida ontem pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que anunciou a apresentação de requerimento criando uma Comissão Temporária Interna para a Reforma Tributária, cujos trabalhos começariam por ouvir todos os governadores de Estado.

- Esta Casa deveria constituir-se no pólo catalisador do debate e encaminhamento da questão

tributária, na perspectiva do fortalecimento do nosso pacto federativo. O Senado Federal não pode retardar sua entrada nessa discussão, esperando que a matéria venha da Câmara dos Deputados depois de dois turnos de votação - afirmou.

Calheiros disse que sua proposta visa permitir que "o Senado, Casa da Federação, se converta no fórum maior de um debate destinado a equilibrar os interesses legítimos dos Estados, com as genuínas aspirações do conjunto da Nação a uma nova ordem fiscal, mais justa, mais equânime, e conducente ao desenvolvimento harmônico."



Renan Calheiros

Arruda defende proposta do governo

O vice-líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (DF), defendeu ontem a proposta de reforma tributária do governo, por acreditar que é preciso reduzir as despesas do governo, diminuir o "custo Brasil", simplificar a burocracia e aumentar a arrecadação. Aparteado por vários senadores, ele admitiu que o ponto mais importante da reforma contém, ao mesmo tempo, um acerto e um equívoco. A proposta acerta ao retirar do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) as decisões sobre as alíquotas do ICMS e transferi-las ao plenário

do Senado, disse. O equívoco estaria, segundo ele, na fixação do quórum de 3/4, "que não faz jus à tradição da casa".

Arruda também defendeu que o Senado, por sua composição federativa, tem por missão desconcentrar o desenvolvimento brasileiro e fortalecer políticas integradas.

José Roberto Arruda foi aparteado pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Agripino (PFL-RN).

Campanha pelo Estatuto da Criança

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) informou ontem que será desencadeada uma campanha internacional pelo cumprimento e implementação incondicional do Estatuto da Criança e do Adolescente e contra o extermínio de menores. Patrocinada pelo Projeto Brasil, entidade ligada à organização norte-americana de direitos humanos International Child Resource Institute, a campanha será iniciada com o envio ao presidente Fernando Henrique Cardoso de uma petição assinada por representantes de 130 organizações, solicitando mais atenção do governo ao problema dos menores.

Exposição mostra Santa Catarina

Uma exposição sobre a história, o folclore, a cultura, as potencialidades turísticas, os recursos naturais e a economia de Santa Catarina pode ser vista até a próxima semana na Vitrine dos Estados, situada no corredor entre o edifício principal e o Anexo I do Senado.

A iniciativa dessa exposição está dentro dos objetivos traçados pela empresa catarinense de turismo de fomentar e divulgar suas belezas naturais, o desenvolvimento tecnológico e o turismo.

A exposição faz parte de uma das metas da Mesa Diretora do Senado que é de dar, através de contínuo rodízio, divulgação de programas de desenvolvimento dos estados brasileiros.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo

Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Cêlio Azevedo e Márcia

Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.